

Curso de Especialização
Ação Humanitária e Direito
Internacional com uma
Perspetiva de Género





Curso de Especialização Ação Humanitária e Direito Internacional com uma Perspetiva de Género

- » Modalidade: online
- » Duração: 6 meses
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 24 ECTS
- » Tempo Dedicado: 16 horas/semana
- » Horário: ao seu próprio ritmo
- » Exames: online

Acesso ao site: www.techtute.com/pt/educacao/curso-especializacao/curso-especializacao-acao-humanitaria-direito-internacional-perspetiva-genero

Índice

01

Apresentação

pág. 4

02

Objetivos

pág. 8

03

Direção do curso

pág. 12

04

Estrutura e conteúdo

pág. 18

05

Metodologia

pág. 30

06

Certificação

pág. 38

01

Apresentação

A ação humanitária é uma das tarefas mais reconhecidas das ONG e de outras organizações públicas e privadas que trabalham no domínio da cooperação internacional. Esta ajuda é essencial em casos de pobreza extrema ou quando os países são afetados por conflitos de guerra ou catástrofes naturais, por exemplo. Com esta qualificação, queremos fornecer-lhe os recursos mais relevantes neste domínio para que possa contribuir para o seu conhecimento enquanto professor nas regiões mais desfavorecidas..





“

A ação humanitária é um trabalho de grande valor para ajudar as regiões com problemas extremos a recuperar e a continuar a desenvolver-se de forma autónoma”

As desigualdades sociais e económicas levaram muitas regiões a solicitar assistência internacional para as ajudar a progredir no seu desenvolvimento. Além disso, estas comunidades são frequentemente afetadas por outros problemas, como guerras, atentados ou catástrofes naturais, por exemplo, que acentuam ainda mais as suas diferenças em relação aos países mais desenvolvidos e, por conseguinte, as desigualdades entre os diferentes territórios. A ação humanitária é essencial para minimizar, tanto quanto possível, estas diferenças, especialmente para poder transferir recursos essenciais que são indispensáveis para manter a saúde dos habitantes.

Esta qualificação reúne conhecimentos básicos sobre ação humanitária e direito internacional, ferramentas que permitem ao agente de desenvolvimento procurar melhorar o desempenho das suas funções nas áreas que as pessoas e os povos o exigem, orientando-os para a mudança e centrando-os na situação atual através das ferramentas e dos recursos da cooperação. Deste modo, esta especialização presta especial atenção aos métodos de investigação em Ação Humanitária e Direito Internacional com uma Perspetiva de Género e às metodologias necessárias para gerir políticas públicas e mudanças sociais. Permite conhecer o sistema e a evolução da cooperação, bem como o fenómeno da mobilidade humana.

Como aspeto inovador, introduz o aluno no estudo dos instrumentos de cooperação e no conhecimento dos atores que compõem o cenário da cooperação internacional. Permite também a aquisição de competências no tratamento dos regulamentos internacionais mais relevantes no domínio da cooperação, com destaque para a perspetiva de género, com o objetivo de alcançar um mundo mais igualitário em que homens e mulheres tenham os mesmos direitos.

Além disso, como se trata de uma qualificação 100% online, o professor poderá conjugar este programa com o resto das suas obrigações quotidianas, escolhendo a qualquer momento onde e quando estudar. Uma qualificação de alta qualidade que levará estes profissionais ao mais alto nível na sua área.

Este **Curso de Especialização em Ação Humanitária e Direito Internacional com uma Perspetiva de Género** conta com o conteúdo educacional mais completo e atualizado do mercado. As suas principais características são:

- ♦ O desenvolvimento de casos práticos apresentados por especialistas em cooperação internacional
- ♦ O seu conteúdo gráfico, esquemático e eminentemente prático fornece informação científica e prática sobre as disciplinas que são essenciais para a prática profissional
- ♦ Conhecimentos atualizados sobre os avanços no desenvolvimento e defesa dos direitos
- ♦ Exercícios práticos onde o processo de autoavaliação pode ser levado a cabo a fim de melhorar a aprendizagem
- ♦ A sua ênfase especial em metodologias inovadoras no processo de ensino e a aprendizagem
- ♦ Aulas teóricas, perguntas ao especialista, fóruns de discussão sobre questões controversas e atividades de reflexão individual
- ♦ A disponibilidade de acesso ao conteúdo a partir de qualquer dispositivo fixo ou portátil com ligação à Internet



Uma qualificação de alto nível educacional criada pelos melhores especialistas na matéria, que lhe irá permitir alcançar o sucesso profissional”

“

Este Curso de Especialização é o melhor investimento que pode fazer na seleção de um programa de atualização por duas razões: além de atualizar os seus conhecimentos sobre Ação Humanitária e Direito Internacional com uma Perspetiva de Género, também obterá um certificado emitido pela TECH Universidade Tecnológica”

O corpo docente do programa inclui profissionais do setor da cooperação internacional que trazem para esta qualificação a experiência do seu trabalho, bem como reconhecidos especialistas de sociedades de referência e universidades de prestígio.

Graças ao seu conteúdo multimédia, desenvolvido com a mais recente tecnologia educacional, o profissional terá acesso a uma aprendizagem situada e contextual, ou seja, um ambiente de simulação que proporcionará um estudo imersivo programado para se formar em situações reais.

A conceção deste programa baseia-se na Aprendizagem Baseada em Problemas, através da qual o aluno deve tentar resolver as diferentes situações de prática profissional que surjam ao longo da qualificação. Para tal, o professor contará com a ajuda de um sistema inovador de vídeo interativo criado por especialistas reconhecidos no campo da Ação Humanitária e Direito Internacional com uma Perspetiva de Género, com uma vasta experiência.

Aumente a sua confiança na tomada de decisões, atualizando os seus conhecimentos através deste Curso de Especialização.

Aproveite a oportunidade para conhecer os últimos avanços neste campo e aplicá-los à sua prática diária.



02 Objetivos

A especialização em Ação Humanitária e Direito Internacional com uma Perspetiva de Género visa facilitar o desempenho dos professores, proporcionando-lhes uma preparação avançada e especializada, baseada em conhecimentos teóricos e instrumentais que lhes permitem adquirir e desenvolver as competências e aptidões necessárias à obtenção de uma qualificação superior neste domínio.





“

Este Curso de Especialização foi desenvolvido para o ajudar a atualizar os seus conhecimentos em cooperação internacional com o uso da mais recente tecnologia educacional, para contribuir com qualidade e segurança para a tomada de decisões”



Objetivos gerais

- ♦ Proporcionar aos alunos uma preparação avançada, no domínio da cooperação internacional, especializada e baseada em conhecimentos teóricos e instrumentais que lhes permitam adquirir e desenvolver as competências e aptidões necessárias à obtenção de uma qualificação como profissional em cooperação internacional
- ♦ Dotar o aluno de conhecimentos básicos sobre o processo de cooperação e desenvolvimento, com base nos últimos avanços das políticas relativas aos processos de sustentabilidade, tanto nos aspetos económicos como sociais
- ♦ Melhorar o desempenho profissional e desenvolver estratégias de adaptação e resolução dos problemas do mundo atual através da investigação científica em processos de cooperação e desenvolvimento
- ♦ Divulgar as bases do sistema atual e desenvolver o espírito crítico e empreendedor necessário para se adaptar às mudanças políticas, no quadro do direito internacional



Acompanhe os últimos desenvolvimentos em matéria de Ação Humanitária e Direito Internacional com uma Perspetiva de Género”





Objetivos específicos

Módulo 1. Cooperação internacional para o desenvolvimento

- ♦ Conhecer diferentes métodos de Investigação na cooperação internacional para o desenvolvimento
- ♦ Adquirir conhecimentos sobre metodologias para a defesa de políticas públicas, comunicação social e mudança política
- ♦ Compreender a evolução e o estado dos debates atuais sobre o desenvolvimento
- ♦ Familiarizar-se com os instrumentos da cooperação internacional para o desenvolvimento, bem como os tipos de projetos e as ONG existentes
- ♦ Desenvolver capacidades para trabalhar com as principais pessoas vulneráveis envolvidas em ações e programas de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Compreender o sistema de cooperação internacional e os diferentes intervenientes que o integram

Módulo 2. Ação humanitária e cooperação internacional para o desenvolvimento

- ♦ Identificar os processos de formulação, acompanhamento e avaliação das ações de cooperação para o desenvolvimento, de modo a que adquiram uma compreensão completa do que é um projeto de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Desenvolver uma visão global sobre a natureza, a perspetiva e os objetivos das ações de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Analisar e avaliar o significado das prioridades setoriais e geográficas da cooperação internacional para o desenvolvimento, identificar os eixos estratégicos que orientam as políticas e ações de cooperação, os setores de ação e os instrumentos para a sua implementação
- ♦ Promover o debate e a análise de aspetos relacionados com o desenvolvimento de políticas e ações de cooperação e de estratégias destinadas a melhorar a sua qualidade e eficácia

- ♦ Conhecer as metodologias de desenvolvimento de projetos e domínio de competências técnicas para a identificação, formulação, planeamento, programação, gestão e acompanhamento de projetos de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Capacidade para compreender em profundidade o contexto e a natureza das ações de ajuda humanitária
- ♦ Avaliar o processo e o resultado final dos diferentes projetos de cooperação para o desenvolvimento

Módulo 3. Direitos humanos (DH) e direito internacional humanitário (DIH)

- ♦ Identificar e classificar as vítimas de conflitos armados, distinguindo-os de outras situações de violência armada; identificar e classificar as vítimas desses conflitos; conhecer e compreender o sistema de proteção das vítimas e ser capaz de aplicar este sistema
- ♦ Compreender as restrições que o direito humanitário impõe aos combatentes no que respeita à condução das hostilidades, ao respeito das zonas, locais e instalações assinalados com um sinal de proteção e à exigência de um código de conduta em relação às vítimas, ao pessoal médico e religioso e às organizações humanitárias
- ♦ Identificar as situações e as pessoas particularmente vulneráveis nos conflitos armados, tendo em conta a proteção que lhes é conferida pelo direito internacional humanitário
- ♦ Estimular a participação das pessoas e grupos com os quais se desenvolvem as atividades de cooperação, permitindo-lhes identificar os seus problemas e necessidades, liderar os seus processos de mudança, avaliar a sua evolução e tomar decisões sobre novas linhas de ação

Módulo 4. Igualdade e cooperação

- ♦ Interiorizar, analisar e compreender o que queremos dizer quando falamos de género, desenvolvimento e direitos das mulheres
- ♦ Compreender o papel dos movimentos feministas nos processos de desenvolvimento e transformação social
- ♦ Intervir numa perspetiva de género na cooperação internacional para o desenvolvimento

03

Direção do curso

O corpo docente do programa inclui especialistas de referência em Ação Humanitária e Direito Internacional com uma Perspetiva de Género, que trazem a sua experiência profissional para esta qualificação. Além disso, outros peritos de reconhecido prestígio participam na sua conceção e desenvolvimento, completando o programa de forma interdisciplinar.



“

*Os principais profissionais da área reuniram-se para
lhe dar a conhecer os últimos desenvolvimentos em
cooperação internacional para o desenvolvimento”*

Diretor Internacional Convidado

Piotr Sasin é um especialista internacional com experiência em gestão de organizações sem fins lucrativos, especializado em assistência humanitária, resiliência e cooperação internacional para o desenvolvimento das pessoas. De facto, trabalhou em ambientes complexos e desafiantes, ajudando comunidades afetadas por conflitos, deslocações e crises humanitárias. Além disso, o seu foco em inovações sociais e planeamento participativo permitiu-lhe implementar soluções de longo prazo em áreas vulneráveis, melhorando significativamente as condições de vida.

Desempenhou também funções importantes como Diretor de Resposta a Crises de Refugiados na CARE, onde liderou iniciativas humanitárias de apoio a pessoas deslocadas em várias regiões. Trabalhou também como Diretor Nacional na People in Need, onde foi responsável pela coordenação de programas de desenvolvimento comunitário e de resposta rápida a emergências. Por sua vez, o seu papel como Representante do País na Fundação Terre des Hommes permitiu-lhe gerir projetos centrados na proteção das crianças.

Consequentemente, a nível internacional, tem sido reconhecido pela sua capacidade de gerir projetos de grande escala no domínio da cooperação internacional para o desenvolvimento, colaborando com governos, ONG e agências multilaterais em várias regiões. A sua liderança também tem sido fundamental para promover a resiliência das comunidades afetadas por catástrofes, fomentando a capacitação local através do planeamento urbano e do desenvolvimento sustentável. Desta forma, tem sido elogiado pelo seu enfoque na mitigação de conflitos e pela sua capacidade de construir parcerias estratégicas.

Por fim, Piotr Sasin tem uma sólida formação académica, com um Mestrado em Planeamento Urbano e Desenvolvimento Regional, bem como uma Licenciatura em Etnologia e Cultura Antropológica, ambos da Universidade de Varsóvia, na Polónia. Como tal, a sua investigação tem-se centrado na cooperação internacional e no planeamento sustentável em contextos de crise humanitária.



Sr. Sasin, Piotr

- ♦ Diretor de Resposta a Crises de Refugiados na CARE, Varsóvia, Polónia
- ♦ Diretor nacional da People in Need
- ♦ Representante no país na Fundação Terre des Hommes
- ♦ Gestor de programas na Habitat for Humanity Polónia
- ♦ Mestrado em Planeamento Urbano e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Varsóvia
- ♦ Licenciado em Etnologia e Cultura Antropológica pela Universidade de Varsóvia

“

Graças à TECH, poderá aprender com os melhores profissionais do mundo”

Diretora Convidada



Dra. Carmen Rodríguez Arteaga

- ♦ Diretora do Gabinete de Estudos da Direção do INEM
- ♦ Licenciada em Filosofia e Ciências da Educação pela UCM
- ♦ Especialista em Avaliação Educacional pela OEI
- ♦ Especialista em Indicadores e Estatísticas Educacionais pela UNED
- ♦ Especialista em Cooperação para o Desenvolvimento no domínio da Educação pela Universidade de Barcelona
- ♦ Especialista em Gestão do Conhecimento

Direção



Dra. María del Pilar Romero Mateos

- ♦ Educadora social
- ♦ Especialista em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Professora de formação para o emprego
- ♦ Agente de Igualdade de Género
- ♦ Autora e colaboradora em projetos educativos em Abile Educativa

Professores

Dra. Araceli Sánchez Garrido

- ♦ Diretora Adjunta de Cooperação Cultural, do Departamento de Cooperação e Promoção Cultural da Direção de Relações Culturais e Científicas
- ♦ Licenciada em Geografia e História com especialização em Antropologia e Etnologia da América. Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Responsável pela aplicação do Guia de Integração da Diversidade Cultural da AECID e pela sua aplicação aos projetos de cooperação para o desenvolvimento levados a cabo pela Agência
- ♦ Membro da Equipa de Curadores de Museus do Museu da América de Madrid
- ♦ Professora do Mestrado em Gestão Cultural da Universidade Carlos III de Madrid

Dr. Carlos Cano Corcuera

- ♦ Licenciado em Biologia com especialização em Zoologia e Diploma em Ecologia Animal
- ♦ Especialista em Planeamento e Gestão de Intervenções de Cooperação para o Desenvolvimento pela UNED
- ♦ Cursos de especialização em cooperação internacional; Identificação, Formulação e Acompanhamento de Projetos de Cooperação; Ajuda Humanitária; Igualdade de Oportunidades; Negociações Internacionais; Planeamento com uma Perspetiva de Género; Gestão Orientada para Resultados de Desenvolvimento; Foco na Deficiência em Projetos de Cooperação; Projetos de Cooperação Delegados da União Europeia, etc.
- ♦ Trabalho em diferentes áreas da cooperação internacional, principalmente na América Latina

Dra. Cristina Córdoba

- ♦ Enfermeira
- ♦ Formação e experiência em projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento
- ♦ Co-fundadora e participante no projecto PalSpain
- ♦ Fundadora da Associação Juvenil APUMAK, Madrid, Espanha

Dra. Mercedes Flórez Gómez

- ♦ Licenciada em Geografia e História pela Universidade Complutense de Madrid
- ♦ MSC em Responsabilidade Social Empresarial. Universidade Pontifícia de Salamanca
- ♦ MSC em Informação e Documentação. Universidade Antonio de Nebrija, Espanha, e University College of Wales, Reino Unido
- ♦ Diploma Avançado em Cooperação Sur, Sur- FLACSO
- ♦ Especialista em Desigualdade, Cooperação e Desenvolvimento. Instituto Universitário de Desenvolvimento e Cooperação - IUDC-Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Especialista em Planeamento e Gestão de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento Educação, Ciência e Cultura (OEI)
- ♦ Diploma em Ação Humanitária - Instituto de Estudos sobre Conflitos e Ação Humanitária - IECAH

Dra. Marisa Ramos Rollon

- ♦ Assessora em Cooperação para o Desenvolvimento do Vice-Reitor de Relações Internacionais e Cooperação da Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Investigadora nas áreas das políticas e instituições públicas na América Latina e nos domínios da governação democrática e das políticas de desenvolvimento
- ♦ Director do Curso da Escola de Verão Complutense sobre Políticas Públicas e a Agenda 2030
- ♦ Professora do Mestrado em Políticas de Transparência e Governação e Liderança Política, do Mestrado em Liderança Política, ambos na UCM, e do Mestrado em Relações América Latina-UE, na Universidade de Alcalá

04

Estrutura e conteúdo

A estrutura dos conteúdos foi concebida por uma equipa de profissionais, conscientes da atual relevância da qualificação inovadora, e comprometidos com a qualidade do ensino através das novas tendências sócio-políticas.

ntee

ive

So





“

Este Curso de Especialização em Design Criativo conta com o conteúdo educacional mais completo e atualizado do mercado”

Módulo 1. Cooperação internacional para o desenvolvimento

- 1.1. A cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.1.1. Introdução
 - 1.1.2. O que é a cooperação internacional para o desenvolvimento?
 - 1.1.3. Objetivos e finalidade da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.1.4. Objetivos da cooperação internacional para o desenvolvimento espanhol
 - 1.1.5. Evolução da cooperação internacional para o desenvolvimento em Espanha
 - 1.1.6. Origens e evolução histórica da cooperação internacional
 - 1.1.7. Os planos de reconstrução da Europa no conflito bipolar
 - 1.1.8. Os processos de descolonização no pós-guerra
 - 1.1.9. Crise da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.1.10. Mudanças na conceção da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.1.11. Bibliografia
- 1.2. Modalidades e instrumentos da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.2.1. Introdução
 - 1.2.2. Principais instrumentos da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.2.2.1. Cooperação para o desenvolvimento
 - 1.2.2.2. Educação para o desenvolvimento
 - 1.2.2.3. Assistência técnica, formação e investigação
 - 1.2.2.4. Ação humanitária
 - 1.2.3. Outros instrumentos de cooperação
 - 1.2.3.1. Cooperação económica
 - 1.2.3.2. Ajuda financeira
 - 1.2.3.3. Cooperação científica e tecnológica
 - 1.2.3.4. Ajuda alimentar
 - 1.2.4. Modalidades da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.2.5. Tipos de modalidades
 - 1.2.5.1. Modalidade de acordo com a origem dos fundos
 - 1.2.6. Tipos de ajuda de acordo com os intervenientes que canalizam os fundos da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.2.6.1. Bilateral
 - 1.2.6.2. Multilateral
 - 1.2.6.3. Cooperação descentralizada
 - 1.2.6.4. Cooperação não governamental
 - 1.2.6.5. Cooperação empresarial
 - 1.2.7. De acordo com a situação geopolítica e o nível de desenvolvimento dos países doadores e beneficiários
 - 1.2.8. De acordo com a existência ou não de limitações à utilização dos fundos
 - 1.2.9. Outros instrumentos de cooperação. Co-desenvolvimento
 - 1.2.9.1. Intervenções de co-desenvolvimento
 - 1.2.10. Bibliografia
 - 1.3. Organismos multilaterais
 - 1.3.1. O sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento
 - 1.3.2. Intervenientes da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.3.3. Os intervenientes do sistema de ajuda oficial para o desenvolvimento
 - 1.3.4. Definições pertinentes de Organização Internacional (OI)
 - 1.3.5. Características das organizações internacionais
 - 1.3.5.1. Tipos de organizações internacionais
 - 1.3.6. Vantagens da cooperação multilateral
 - 1.3.7. Contributos das organizações internacionais para o sistema multilateral
 - 1.3.8. Instituições Financeiras Multilaterais (IFM)
 - 1.3.8.1. Características das IFM
 - 1.3.8.2. Composição das IFM
 - 1.3.8.3. Tipos de instituições financeiras multilaterais
 - 1.3.9. Bibliografia
 - 1.4. Fontes da cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.4.1. Introdução
 - 1.4.2. Diferença entre cooperação governamental e não governamental
 - 1.4.3. Instituições financeiras multilaterais
 - 1.4.4. O fundo monetário internacional

- 1.4.5. Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)
 - 1.4.5.1. Quem são?
 - 1.4.5.2. História da USAID
 - 1.4.5.3. Setores de intervenção
- 1.4.6. A União Europeia
 - 1.4.6.1. Objetivos da UE
 - 1.4.6.2. Objetivos gerais da ação externa da UE
- 1.4.7. Instituições multilaterais não financeiras
 - 1.4.7.1. Lista de Instituições multilaterais não financeiras
 - 1.4.7.2. Ações das instituições multilaterais
 - 1.4.7.3. Não financeiras
- 1.4.8. Organização das nações unidas
- 1.4.9. Bibliografia
- 1.5. Plano diretor da cooperação espanhola 2018-2021
 - 1.5.1. Introdução
 - 1.5.2. Desafios de ação e gestão para a cooperação espanhola
 - 1.5.3. O que é um plano diretor?
 - 1.5.3.1. Plano diretor da cooperação espanhola
 - 1.5.3.2. Áreas que compõem o V plano diretor da CE
 - 1.5.4. Objetivos do plano diretor
 - 1.5.4.1. Objetivos gerais do V PD da CID
 - 1.5.5. Prioridades geográficas de ação no âmbito do plano diretor da CID
 - 1.5.6. Agenda 2030
 - 1.5.6.1. O que é a agenda 2030?
 - 1.5.6.2. Desenvolvimento da agenda 2030
 - 1.5.6.3. Especificações gerais
 - 1.5.6.4. Implementação da agenda 2030
 - 1.5.7. Bibliografia
- 1.6. Ação humanitária
 - 1.6.1. Introdução
 - 1.6.2. A ajuda humanitária no contexto internacional
 - 1.6.3. Tendências na ação humanitária
 - 1.6.4. Objetivos principais da ação humanitária
 - 1.6.5. Primeira estratégia de ação humanitária da cooperação espanhola
 - 1.6.6. A AECID e a ação humanitária
 - 1.6.7. O financiamento da ação humanitária e a sua evolução
 - 1.6.8. Princípios do direito humano internacional e a ação humanitária
 - 1.6.9. Resumo
 - 1.6.10. Bibliografia
- 1.7. Perspetivas de género na cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.7.1. Introdução
 - 1.7.2. O que é a perspetiva de género?
 - 1.7.3. Por que razão é importante integrar a perspetiva de género nos processos de desenvolvimento?
 - 1.7.4. A perspetiva de género na cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.7.5. Linhas estratégicas de trabalho para a integração da perspetiva de género na cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.7.6. Objectivos do V plano diretor da cooperação espanhola em matéria de promoção dos direitos e das oportunidades de homens e mulheres
 - 1.7.7. Objetivos prioritários de igualdade na CID
 - 1.7.8. Estratégia setorial de género na cooperação para o desenvolvimento da cooperação espanhola
 - 1.7.9. Guia de integração da perspetiva de género
 - 1.7.10. Bibliografia
- 1.8. Perspetiva de DH na cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.8.1. Introdução
 - 1.8.2. Direitos humanos
 - 1.8.3. Perspetiva de direitos humanos na cooperação para o desenvolvimento
 - 1.8.4. Como surge a perspetiva de direitos humanos?
 - 1.8.5. Elementos fornecidos pela perspetiva de DH à cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 1.8.5.1. Novo quadro de referência: normas internacionais de DH
 - 1.8.5.2. Um novo olhar sobre o reforço de capacidades
 - 1.8.5.3. Participação na política pública
 - 1.8.5.4. Responsabilização

- 1.8.6. Desafios da perspectiva de DH nas intervenções de cooperação para o desenvolvimento
- 1.8.7. Desafios na identificação e formulação de projetos
- 1.8.8. Desafios na execução de projetos
- 1.8.9. Desafios no acompanhamento e avaliação de projetos
- 1.8.10. Bibliografia
- 1.9. Mobilidade humana e migrações
 - 1.9.1. Introdução
 - 1.9.2. Migrações
 - 1.9.2.1. Primeiras movimentações humanas
 - 1.9.2.2. Tipos de migrações
 - 1.9.2.3. Causas das migrações
 - 1.9.3. Processos migratórios na era da globalização
 - 1.9.3.1. Melhorias das condições de vida
 - 1.9.3.2. Vulnerabilidade e migração
 - 1.9.4. Segurança humana e conflitos
 - 1.9.5. Desafios do sistema internacional de asilo
 - 1.9.6. O ACNUDH
 - 1.9.7. Estratégia de migrações baseada em direitos humanos
 - 1.9.8. Bibliografia

Módulo 2. Ação humanitária e cooperação internacional para o desenvolvimento

- 2.1. Ação humanitária
 - 2.1.1. Introdução
 - 2.1.2. O que é a ação humanitária?
 - 2.1.2.1. Conceitos/definição
 - 2.1.3. Definição de humanitária
 - 2.1.4. Para que serve a ajuda humanitária
 - 2.1.5. Objetivos da ação humanitária
 - 2.1.6. Beneficiários da ação humanitária
 - 2.1.7. O conceito de socorro
 - 2.1.8. A ajuda de emergência
 - 2.1.8.1. Linhas de atuação da ajuda de emergência





- 2.1.9. Ajuda humanitária
 - 2.1.9.1. Diferenças entre ajuda humanitária e ação humanitária
- 2.1.10. Conclusões
- 2.1.11. Bibliografia
- 2.2. Ação humanitária e cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 2.2.1. Introdução
 - 2.2.2. História da ação humanitária
 - 2.2.2.1. Humanitarismo moderno
 - 2.2.2.2. Desenvolvimentos
 - 2.2.3. Princípios éticos e operacionais da ação humanitária
 - 2.2.4. Princípios humanitários
 - 2.2.4.1. Dilemas que colocam
 - 2.2.5. Humanidade
 - 2.2.5.1. Definição e dilemas
 - 2.2.6. Imparcialidade
 - 2.2.6.1. Definição e dilemas
 - 2.2.7. Neutralidade
 - 2.2.7.1. Definição e dilemas
 - 2.2.8. Independência
 - 2.2.8.1. Definição e dilemas
 - 2.2.9. Universalidade
 - 2.2.9.1. Definição e dilemas
 - 2.2.10. Conclusões
 - 2.2.11. Bibliografia
- 2.3. Conteúdos e objetivos específicos da ação humanitária (I)
 - 2.3.1. Introdução
 - 2.3.2. Ação humanitária e cooperação para o desenvolvimento
 - 2.3.2.1. Humanitarismo clássico e novo humanitarismo
 - 2.3.2.2. Ligação entre emergência e desenvolvimento
 - 2.3.3. Abordagem VARD
 - 2.3.3.1. Conceito de *continuum* e *contiguum*
 - 2.3.4. A ação humanitária e a VARD
 - 2.3.5. A preparação, a mitigação e a prevenção

- 2.3.6. Reduzir vulnerabilidades e reforçar capacidades
- 2.3.7. Bibliografia
- 2.4. Conteúdos e objetivos específicos da ação humanitária (II)
 - 2.4.1. A proteção das vítimas
 - 2.4.1.1. O direito de asilo e de refúgio
 - 2.4.1.2. A ingerência humanitária
 - 2.4.2. A supervisão/acompanhamento internacional do cumprimento
 - 2.4.3. O testemunho e a denúncia das violações dos DH
 - 2.4.4. A pressão política (Lobby) das ONG
 - 2.4.4.1. O acompanhamento e a presença internacional
 - 2.4.5. Ação política de alto nível
 - 2.4.6. Códigos de conduta
 - 2.4.7. Projeto ESFERA
 - 2.4.7.1. A carta humanitária
 - 2.4.7.2. As normas mínimas
 - 2.4.7.3. A norma humanitária essencial
 - 2.4.7.4. Avaliação da ação humanitária
 - 2.4.7.5. Porquê avaliar a ação humanitária?
 - 2.4.8. Bibliografia
- 2.5. Intervenientes na ação humanitária
 - 2.5.1. Introdução
 - 2.5.2. Quem são os intervenientes na ação humanitária?
 - 2.5.3. A população afetada
 - 2.5.4. Os governos afetados
 - 2.5.5. As ONG
 - 2.5.6. O movimento internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
 - 2.5.7. Os governos doadores
 - 2.5.8. Agências humanitárias da ONU
 - 2.5.9. A União Europeia
 - 2.5.10. Outros intervenientes
 - 2.5.10.1. Entidades do setor privado
 - 2.5.10.2. Meios de comunicação
 - 2.5.10.3. Forças militares
 - 2.5.11. Bibliografia
- 2.6. Principais desafios para os intervenientes e para a ação humanitária
 - 2.6.1. Introdução
 - 2.6.2. A cimeira humanitária mundial
 - 2.6.2.1. A agenda para a humanidade
 - 2.6.3. As principais necessidades para perspetivar o futuro
 - 2.6.4. Aumentar o peso e a capacidade dos intervenientes locais
 - 2.6.4.1. Carta para a mudança
 - 2.6.5. Desafios organizativos para as ONG à escala internacional
 - 2.6.6. A necessidade de considerar o humanitário como global, pelas nações unidas
 - 2.6.7. Bibliografia
- 2.7. OCHA (Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários)
 - 2.7.1. Objetivos
 - 2.7.2. As nações unidas
 - 2.7.3. A ONU e a ação humanitária
 - 2.7.4. O Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA)
 - 2.7.4.1. A origem do OCHA
 - 2.7.4.2. A evolução do OCHA
 - 2.7.4.3. A reforma humanitária de 2005
 - 2.7.4.4. A abordagem por clusters
 - 2.7.4.5. Os instrumentos de coordenação do OCHA
 - 2.7.4.6. A missão do OCHA
 - 2.7.4.7. Plano estratégico do OCHA 2018-2021
 - 2.7.5. Bibliografia
- 2.8. O Gabinete de Ação Humanitária (OAH)
 - 2.8.1. Objetivos
 - 2.8.2. A Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)
 - 2.8.3. A ação humanitária espanhola
 - 2.8.4. A AECID e o Gabinete de Ação Humanitária (OAH)
 - 2.8.5. O Gabinete de Ação Humanitária (OAH)
 - 2.8.5.1. Os objetivos e funções do OAH
 - 2.8.5.2. O financiamento do OAH
 - 2.8.6. Bibliografia

- 2.9. Comparação de estratégias de ação humanitária para o desenvolvimento
 - 2.9.1. Objetivos
 - 2.9.2. Introdução
 - 2.9.3. A participação espanhola na cimeira humanitária mundial
 - 2.9.3.1. As tendências da cimeira para o gabinete de ação humanitária da AECID
 - 2.9.4. O V plano diretor da cooperação espanhola 2018-2021
 - 2.9.5. O projeto START
 - 2.9.5.1. Objetivos e finalidade do projeto START
 - 2.9.5.2. A equipa que constitui o projeto START
 - 2.9.6. Conclusão
 - 2.9.7. Bibliografia

Módulo 3. Direitos humanos (DH) e direito internacional humanitário (DIH)

- 3.1. Direitos humanos e direito internacional humanitário
 - 3.1.1. Introdução
 - 3.1.2. Conceito e definição de direitos humanos
 - 3.1.3. Declaração universal dos DH
 - 3.1.3.1. O que é a declaração universal dos direitos humanos?
 - 3.1.3.2. Autores da declaração universal dos direitos humanos
 - 3.1.3.3. Preâmbulo da declaração universal dos direitos humanos
 - 3.1.3.4. Artigos da declaração universal dos direitos humanos
 - 3.1.4. Bibliografia
- 3.2. Direito Internacional Humanitário (DIH)
 - 3.2.1. O que é o Direito Internacional Humanitário? (DIH)
 - 3.2.2. Ramos do DIH
 - 3.2.3. Convenção de Genebra e regras fundamentais subjacentes às convenções de Genebra
 - 3.2.4. Âmbito do direito humano internacional
 - 3.2.4.1. Proibições e restrições gerais relativas a determinados métodos e meios de guerra
 - 3.2.4.2. Proibições e restrições específicas
 - 3.2.5. Quando se aplica o DIH?
 - 3.2.6. Quem é que o DIH protege e como?
 - 3.2.7. Bibliografia
- 3.3. A ONU e os DH
 - 3.3.1. A ONU (Organização das Nações Unidas)
 - 3.3.1.1. O que é?
 - 3.3.1.2. História da ONU
 - 3.3.1.3. A ONU e os direitos humanos
 - 3.3.2. Como é que a ONU promove e protege os direitos humanos?
 - 3.3.2.1. Alto comissariado para os direitos humanos
 - 3.3.2.2. Conselho de direitos humanos
 - 3.3.2.3. UNGD-HRM
 - 3.3.2.4. Conselheiros especiais para a prevenção do genocídio e a responsabilidade de proteger
 - 3.3.3. Conclusões
 - 3.3.4. Bibliografia
- 3.4. Instrumentos de proteção dos DH da ONU
 - 3.4.1. Introdução
 - 3.4.2. Instrumentos jurídicos que apoiam a ONU na proteção dos direitos humanos
 - 3.4.2.1. A carta internacional dos direitos humanos
 - 3.4.2.2. Democracia
 - 3.4.2.3. Outros organismos da ONU responsáveis pela proteção dos direitos humanos
 - 3.4.3. Vários organismos que se ocupam de diversas questões
 - 3.4.4. Secretário-Geral
 - 3.4.5. Operações de paz das nações unidas
 - 3.4.6. Comissão sobre o Estatuto da Mulher
 - 3.4.7. Bibliografia
- 3.5. O direito internacional dos direitos humanos
 - 3.5.1. Introdução
 - 3.5.2. O que é o direito internacional dos direitos humanos?
 - 3.5.2.1. Características do direito internacional dos direitos humanos
 - 3.5.3. Principais diferenças entre o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos
 - 3.5.4. Crimes contra a humanidade
 - 3.5.4.1. Crimes contra a humanidade ao longo da história
 - 3.5.5. Bibliografia

- 3.6. As organizações não governamentais e os DH
 - 3.6.1. Introdução
 - 3.6.1.1. O que é uma ONGD?
 - 3.6.2. As ONG e os direitos humanos
 - 3.6.3. Categorias de ONG de defesa dos direitos humanos
 - 3.6.4. Principais características das ONG de defesa dos direitos humanos
 - 3.6.5. Bibliografia
- 3.7. Violações do DH no mundo
 - 3.7.1. Introdução
 - 3.7.2. Casos de violação de direitos humanos (DH) por artigos
 - 3.7.2.1. Artigo 3.º: direito de viver em liberdade
 - 3.7.2.2. Artigo 4.º: proibição da escravatura
 - 3.7.2.3. Artigo 5.º: proibição da tortura
 - 3.7.2.4. Artigo 13.º: liberdade de circulação
 - 3.7.2.5. Artigo 18.º: liberdade de pensamento
 - 3.7.2.6. Artigo 19.º: liberdade de expressão
 - 3.7.2.7. Artigo 21.º: direito à democracia
 - 3.7.3. Bibliografia
- 3.8. Direitos humanos ambientais
 - 3.8.1. Proteção do ambiente como direito humano
 - 3.8.2. O ambiente tem direitos?
 - 3.8.3. Evolução dos direitos humanos face a casos sem direitos
 - 3.8.4. Direitos da natureza. Desenvolvimentos
 - 3.8.4.1. Declaração de intenções. Relator especial
 - 3.8.5. O direito ambiental
 - 3.8.5.1. PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente)
 - 3.8.6. Bibliografia
- 3.9. ONG de direitos humanos
 - 3.9.1. Introdução
 - 3.9.2. Lista de ONG que trabalham em prol dos direitos humanos
 - 3.9.2.1. 1 kilo de ayuda
 - 3.9.2.2. B. Soleil d'Afrique
 - 3.9.2.3. Aasara





- 3.9.2.4. Acción Andina
- 3.9.2.5. Acción Global Solidaria
- 3.9.2.6. Acción Verapaz
- 3.9.2.7. ADANE (Amics per al Desenvolupament a l'Àfrica Negra)
- 3.9.3. Bibliografia

Módulo 4. Igualdade e cooperação

- 4.1. Géneros e cooperação
 - 4.1.1. Introdução
 - 4.1.2. Conceitos fundamentais
 - 4.1.2.1. Questões de género a considerar
 - 4.1.3. Empoderamento
 - 4.1.3.1. Introdução
 - 4.1.3.2. Conceito de empoderamento
 - 4.1.3.3. O que é o empoderamento?
 - 4.1.3.4. Breve história do empoderamento
 - 4.1.4. O movimento feminista no mundo
 - 4.1.4.1. Conceito
 - 4.1.4.2. Breve história do feminismo no mundo
 - 4.1.5. Bibliografia
- 4.2. Evolução histórica dos movimentos feministas. Principais correntes
 - 4.2.1. Introdução
 - 4.2.1.1. Antecedentes históricos
 - 4.2.2. As precursoras do movimento feminista
 - 4.2.3. As sufragistas nos Estados Unidos e na Europa
 - 4.2.4. O sufragismo na América Latina
 - 4.2.5. O feminismo como movimento social ou novo feminismo
 - 4.2.6. O feminismo contemporâneo
 - 4.2.6.1. Os feminismos do século XXI
 - 4.2.6.2. Evolução dos principais movimentos feministas
 - 4.2.7. Bibliografia

- 4.3. Patriarcados regionais e movimentos de mulheres
 - 4.3.1. Patriarcado
 - 4.3.1.1. Introdução
 - 4.3.1.2. Conceito de patriarcado
 - 4.3.1.3. Conceito de matriarcado
 - 4.3.1.4. Principais características do patriarcado no mundo
 - 4.3.2. Movimentos históricos influentes de mulheres no mundo
 - 4.3.2.1. Evolução dos direitos das mulheres
 - 4.3.2.1.1. Primeira convenção sobre os direitos das mulheres
 - 4.3.2.1.2. Dia Internacional da Mulher: um dia para as mulheres
 - 4.3.2.1.3. A medicina contra a mutilação genital feminina
 - 4.3.2.1.4. A revolta das mulheres em Aba
 - 4.3.2.1.5. O mundo do trabalho em constante mudança
 - 4.3.2.1.6. No trabalho e na greve, com força
 - 4.3.2.1.7. Nascimento das nações unidas
 - 4.3.2.1.8. Para as mulheres do mundo
 - 4.3.2.1.9. As borboletas inesquecíveis
 - 4.3.2.1.10. Ativistas, uni-vos
 - 4.3.2.1.11. CEDAW
 - 4.3.2.1.12. Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres
 - 4.3.2.1.13. Programa de ação da CIPD
 - 4.3.2.1.14. Declaração e plataforma de ação de Beijing
 - 4.3.2.1.15. Resolução 1325 do conselho de segurança
 - 4.3.2.1.16. Declaração do milénio das nações unidas
 - 4.3.2.1.17. Ação coletiva pela paz
 - 4.3.2.1.18. Gulabi Gang: justiça para as mulheres
 - 4.3.2.1.19. Desafiar o status quo
 - 4.3.3. Bibliografia
- 4.4. Divisão do trabalho: disposições tradicionais e dinâmicas contemporâneas
 - 4.4.1. Introdução
 - 4.4.2. Divisão sexual do trabalho
 - 4.4.2.1. Restrições intrínsecas e extrínsecas à participação das mulheres no mercado de trabalho
 - 4.4.2.2. Segregação vertical e horizontal das mulheres no trabalho remunerado
 - 4.4.2.3. As masculinidades e o trabalho remunerado
 - 4.4.3. Divisão do trabalho entre homens e mulheres
 - 4.4.4. Feminização da pobreza
 - 4.4.5. Dados sobre a participação no mercado de trabalho, as disparidades de género e as diferentes modalidades de inserção no mercado de trabalho
 - 4.4.5.1. Indicadores
 - 4.4.5.2. Empregadas por ramo de atividade
 - 4.4.5.3. Empregadas por tipo de ocupação
 - 4.4.5.4. Empregadas por situação profissional
 - 4.4.5.5. Empregadas por tipo de posto de trabalho
 - 4.4.6. Bibliografia
- 4.5. Políticas de cuidados e economia
 - 4.5.1. Cuidados para a vida
 - 4.5.2. Efeitos sobre a vida das mulheres
 - 4.5.2.1. Valor associado ao trabalho não remunerado na esfera doméstica e a outras atividades de cuidados
 - 4.5.2.2. Conceito de conciliação
 - 4.5.2.3. Medidas adotadas para alcançar a conciliação
 - 4.5.3. Atividades de cuidados e tarefas domésticas. Crianças que frequentam centros de educação e de cuidados. Agregados familiares com pessoas dependentes
 - 4.5.3.1. Frequência semanal das atividades de cuidados e tarefas domésticas. Espanha e UE-28
 - 4.5.3.2. Horas semanais dedicadas a atividades de cuidados e tarefas domésticas
 - 4.5.3.3. Pessoas com 16 anos ou mais que cuidam de pessoas dependentes (por idade e sexo)
 - 4.5.4. Novas masculinidades
 - 4.5.5. Bibliografia
- 4.6. Género e migrações
 - 4.6.1. Causas e situação global das migrações
 - 4.6.2. Evolução histórica das migrações
 - 4.6.3. Fenómeno de feminização das migrações

- 4.6.4. Características dos fluxos migratórios numa perspetiva de género
- 4.6.5. Efeitos dos processos migratórios nas mulheres
- 4.6.6. Conclusão
- 4.6.7. Estratégia de migração sensível às questões de género
- 4.6.8. Bibliografia
- 4.7. O sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento numa perspetiva de género
 - 4.7.1. Introdução
 - 4.7.2. O sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento
 - 4.7.2.1. Objetivos da cooperação internacional para o desenvolvimento espanhol
 - 4.7.2.2. Políticas e instrumentos da cooperação internacional para o desenvolvimento numa perspetiva de género
 - 4.7.2.3. Linhas estratégicas de trabalho para a integração da perspetiva de género na cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 4.7.3. Género e *advocacy*
 - 4.7.4. Género e desenvolvimento
 - 4.7.5. Planeamento sensível ao género
 - 4.7.5.1. Orientações para os processos de planeamento
 - 4.7.6. Marcos de Asociación País (MAP) e instrumentos de cooperação espanhola disponíveis
 - 4.7.7. Orientações para a integração
 - 4.7.7.1. Lista de verificação
 - 4.7.7.2. Lista de verificação da fase 1. Etapa 0
 - 4.7.8. Bibliografia
- 4.8. Políticas públicas com uma perspetiva de género
 - 4.8.1. Introdução
 - 4.8.2. Economia do desenvolvimento
 - 4.8.2.1. Bases económicas do desenvolvimento
 - 4.8.2.2. Definição de economia do desenvolvimento
 - 4.8.2.3. Evolução da economia do desenvolvimento
 - 4.8.3. Economia de género
 - 4.8.4. Políticas públicas com uma perspetiva de género
 - 4.8.5. Metodologia de orçamentação com uma perspetiva de género
 - 4.8.6. Índices de desenvolvimento humano relacionados com o género
 - 4.8.6.1. Conceito
 - 4.8.6.2. Parâmetros do índice de desenvolvimento humano
 - 4.8.7. Bibliografia
- 4.9. A perspetiva de género na cooperação internacional para o desenvolvimento
 - 4.9.1. Género na cooperação internacional. Evolução histórica
 - 4.9.2. Conceitos básicos
 - 4.9.2.1. Igualdade de género
 - 4.9.2.2. Equidade de género
 - 4.9.2.3. Identidade de género
 - 4.9.2.4. Masculinidades
 - 4.9.2.5. Patriarcado
 - 4.9.2.6. Divisão sexual do trabalho
 - 4.9.2.7. Papéis de género
 - 4.9.2.8. Perspetiva setorial
 - 4.9.2.9. Perspetiva transversal
 - 4.9.2.10. Necessidades práticas
 - 4.9.2.11. Interesses estratégicos de género
 - 4.9.3. Porque é que o género deve ser integrado nos processos de desenvolvimento?
 - 4.9.4. Decálogo para a integração da perspetiva de género
 - 4.9.5. Indicadores de género
 - 4.9.5.1. Conceito
 - 4.9.5.2. Domínios que podem ser objeto de indicadores
 - 4.9.5.3. Características dos indicadores de género
 - 4.9.5.4. Finalidade dos indicadores de género
 - 4.9.6. Bibliografia

05

Metodologia

Este programa de capacitação oferece uma forma diferente de aprendizagem. A nossa metodologia é desenvolvida através de um modo de aprendizagem cíclico: **o Relearning**. Este sistema de ensino é utilizado, por exemplo, nas escolas médicas mais prestigiadas do mundo e tem sido considerado um dos mais eficazes pelas principais publicações, tais como a *New England Journal of Medicine*.





“

Descubra o Relearning, um sistema que abandona a aprendizagem linear convencional para o levar através de sistemas de ensino cíclicos: uma forma de aprendizagem que provou ser extremamente eficaz, especialmente em disciplinas que requerem memorização”

Na Escola de Educação TECH utilizamos o Método do Caso

Numa dada situação, o que deve fazer um profissional? Ao longo do programa, os estudantes serão confrontados com múltiplos casos simulados, com base em situações reais em que terão de investigar, estabelecer hipóteses e finalmente resolver a situação. Há abundantes provas científicas sobre a eficácia do método.

Com a TECH, o aluno pode experimentar uma forma de aprendizagem que abala as fundações das universidades tradicionais de todo o mundo.



É uma técnica que desenvolve o espírito crítico e prepara o educador para tomar decisões, defender argumentos e contrastar opiniões.

“

Sabia que este método foi desenvolvido em 1912 em Harvard para estudantes de direito? O método do caso consistia em apresentar situações reais complexas para que tomassem decisões e justificassem a forma de as resolver. Em 1924 foi estabelecido como um método de ensino padrão em Harvard”

A eficácia do método é justificada por quatro realizações fundamentais:

- 1 Os educadores que seguem este método não só conseguem a assimilação de conceitos, mas também um desenvolvimento da sua capacidade mental, através de exercícios que avaliam situações reais e a aplicação de conhecimentos.
- 2 A aprendizagem é solidamente traduzida em competências práticas que permitem ao educador integrar melhor o conhecimento na prática diária.
- 3 A assimilação de ideias e conceitos é facilitada e mais eficiente, graças à utilização de situações que surgiram a partir de um ensino real.
- 4 O sentimento de eficiência do esforço investido torna-se um estímulo muito importante para os estudantes, o que se traduz num maior interesse pela aprendizagem e num aumento do tempo passado a trabalhar no curso.



Relearning Methodology

A TECH combina eficazmente a metodologia do Estudo de Caso com um sistema de aprendizagem 100% online baseado na repetição, que combina 8 elementos didáticos diferentes em cada lição.

Melhoramos o Estudo de Caso com o melhor método de ensino 100% online: o Relearning.



O educador aprenderá através de casos reais e da resolução de situações complexas em ambientes de aprendizagem simulados. Estas simulações são desenvolvidas utilizando software de última geração para facilitar a aprendizagem imersiva.

Na vanguarda da pedagogia mundial, o método Relearning conseguiu melhorar os níveis globais de satisfação dos profissionais que concluem os seus estudos, no que diz respeito aos indicadores de qualidade da melhor universidade online do mundo (Universidade de Columbia).

Esta metodologia já formou mais de 85.000 educadores com sucesso sem precedentes em todas as especializações. Tudo isto num ambiente altamente exigente, com um corpo estudantil universitário com um elevado perfil socioeconómico e uma idade média de 43,5 anos.

O Relearning permitir-lhe-á aprender com menos esforço e mais desempenho, envolvendo-o mais na sua capacitação, desenvolvendo um espírito crítico, defendendo argumentos e opiniões contrastantes: uma equação direta ao sucesso.

No nosso programa, a aprendizagem não é um processo linear, mas acontece numa espiral (aprender, desaprender, esquecer e reaprender). Portanto, cada um destes elementos é combinado de forma concêntrica.

A pontuação global do nosso sistema de aprendizagem é de 8,01, de acordo com os mais elevados padrões internacionais.



Este programa oferece o melhor material educativo, cuidadosamente preparado para profissionais:



Material de estudo

Todos os conteúdos didáticos são criados pelos especialistas que irão ensinar o curso, especificamente para o curso, para que o desenvolvimento didático seja realmente específico e concreto.

Estes conteúdos são depois aplicados ao formato audiovisual, para criar o método de trabalho online da TECH. Tudo isto, com as mais recentes técnicas que oferecem peças de alta-qualidade em cada um dos materiais que são colocados à disposição do aluno.



Técnicas e procedimentos educativos em vídeo

A TECH traz as técnicas mais inovadoras, com os últimos avanços educacionais, para a vanguarda da atualidade em Educação. Tudo isto, na primeira pessoa, com o máximo rigor, explicado e detalhado para a assimilação e compreensão. E o melhor de tudo, pode observá-los quantas vezes quiser.



Resumos interativos

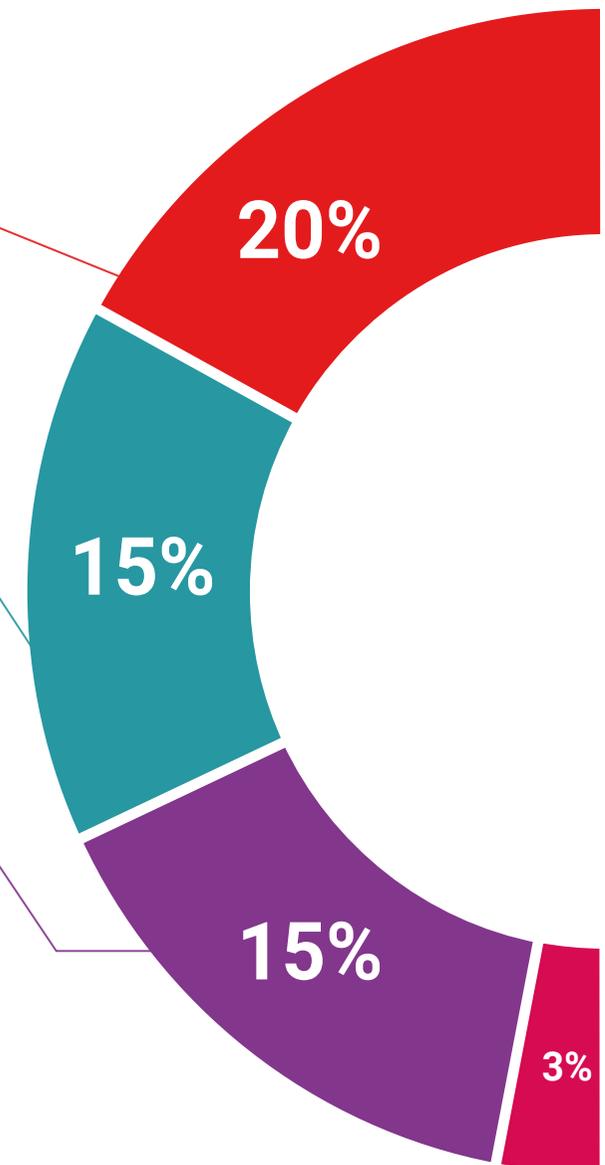
A equipa da TECH apresenta os conteúdos de uma forma atrativa e dinâmica em comprimidos multimédia que incluem áudios, vídeos, imagens, diagramas e mapas conceituais a fim de reforçar o conhecimento.

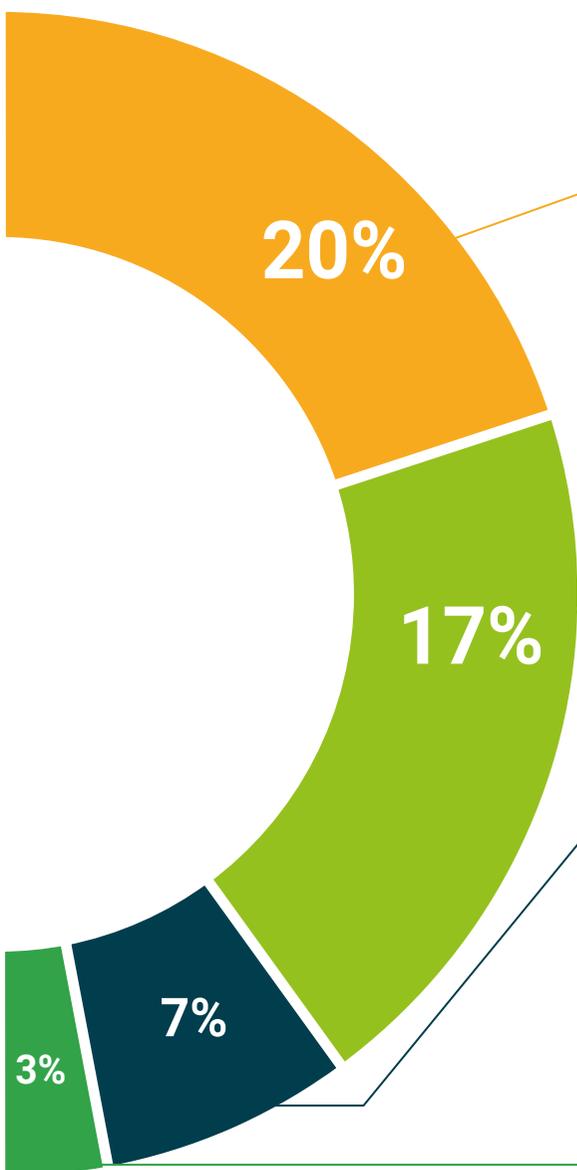
Este sistema educativo único para a apresentação de conteúdos multimédia foi premiado pela Microsoft como uma "História de Sucesso Europeu".



Leituras complementares

Artigos recentes, documentos de consenso e diretrizes internacionais, entre outros. Na biblioteca virtual da TECH o aluno terá acesso a tudo o que necessita para completar a sua capacitação.





Análises de casos desenvolvidas e conduzidas por especialistas

A aprendizagem eficaz deve necessariamente ser contextual. Por esta razão, a TECH apresenta o desenvolvimento de casos reais nos quais o perito guiará o estudante através do desenvolvimento da atenção e da resolução de diferentes situações: uma forma clara e direta de alcançar o mais alto grau de compreensão.



Testing & Retesting

Os conhecimentos do aluno são periodicamente avaliados e reavaliados ao longo de todo o programa, através de atividades e exercícios de avaliação e auto-avaliação, para que o aluno possa verificar como está a atingir os seus objetivos.



Masterclasses

Existem provas científicas sobre a utilidade da observação por terceiros especializada.

O denominado Learning from an Expert constrói conhecimento e memória, e gera confiança em futuras decisões difíceis.



Guias rápidos de atuação

A TECH oferece os conteúdos mais relevantes do curso sob a forma de folhas de trabalho ou guias de ação rápida. Uma forma sintética, prática e eficaz de ajudar os estudantes a progredir na sua aprendizagem.



06

Certificação

O Curso de Especialização em Ação Humanitária e Direito Internacional com uma Perspetiva de Género garante, para além de um conteúdo mais rigoroso e atualizado, o acesso a um Curso de Especialização emitido pela TECH Universidade Tecnológica.



“

Conclua este plano de estudos com sucesso e receba o seu certificado sem sair de casa e sem burocracias”

Este **Curso de Especialização em Ação Humanitária e Direito Internacional com uma Perspetiva de Género** conta com o conteúdo educacional mais completo e atualizado do mercado.

Uma vez aprovadas as avaliações, o aluno receberá por correio o certificado* correspondente ao **Curso de Especialização** emitido pela **TECH Universidade Tecnológica**.

O certificado emitido pela **TECH Universidade Tecnológica** expressará a qualificação obtida no **Curso de Especialização**, atendendo aos requisitos normalmente exigidos pelas bolsas de emprego, concursos públicos e avaliação de carreiras profissionais.

Certificação: **Curso de Especialização em Ação Humanitária e Direito Internacional com uma Perspetiva de Género**

ECTS: **24**

Carga horária: **600 horas**



*Apostila de Haia: Caso o aluno solicite que o seu certificado seja apostilado, a TECH EDUCATION providenciará a obtenção do mesmo a um custo adicional.



Curso de Especialização
Ação Humanitária e Direito
Internacional com uma
Perspetiva de Género

- » Modalidade: online
- » Duração: 6 meses
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 24 ECTS
- » Tempo Dedicado: 16 horas/semana
- » Horário: ao seu próprio ritmo
- » Exames: online

Curso de Especialização
Ação Humanitária e Direito
Internacional com uma
Perspetiva de Género

ONATION
ENEZUELA